



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO AMAZONAS – Desafios para o exercício da cidadania

Tatiane de Aguiar Romano; Suely A do N Mascarenhas; Maria de Fátima dos Santos
Mendonça

Universidade Federal do Amazonas – UFAM; e-mail : tatianeromano2015@gmail.com

Resumo: Um dos mais complexos desafios para a efetivação de políticas educacionais eficientes é o estabelecimento de diretrizes e parâmetros que contemplem o equilíbrio entre os interesses governamentais e as diferentes especificidades existentes nas regiões de nosso país. O acesso à educação, serviços de saúde, infraestrutura e a políticas públicas de qualidade são fatores indispensáveis para promover o desenvolvimento sócio econômico e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. O presente estudo teve como objetivo realizar uma análise sobre a oferta da Educação Profissional e suas contribuições sobre a qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão sócio econômica no Amazonas. Esta pesquisa é apoiada pela FAPEAM, Decisão 172/2012, foi realizada entre 2012 e 2016 em diversos municípios do Amazonas e contou com a participação de 1716 participantes de ambos os sexos que responderam instrumento próprio para levantamento de variáveis associadas ao tema. Os resultados sugerem que o impacto da oferta de Educação Profissional analisada nos locais investigados exercem efeitos sobre os indicadores de exercício da cidadania, inclusão sócio econômica e qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Profissional, Políticas Públicas, Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O direito à educação inclui o acesso à educação profissional de qualidade para todos, inclusive os que habitam cenários históricos, culturais como o do Amazonas.

O presente estudo teve como objetivo realizar uma análise sobre a oferta da Educação Profissional e suas contribuições sobre a qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão sócio econômica no Amazonas.

Um passo fundamental para o início deste estudo foi, esclarecer o conceito atribuído à Educação Profissional. Este propósito leva necessariamente a uma reflexão a respeito do significado da Educação Profissional frente às mudanças ocorridas na sociedade brasileira e no mundo do trabalho atual. Portanto, é necessário o esclarecimento da concepção e do papel recentemente atribuído a essa modalidade de educação

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

no âmbito do marco legal educacional existente em nosso país.

Nesse sentido, enveredar por meio de um estudo sobre a oferta de Educação Profissional no Amazonas, torna-se de grande relevância, levantando discussões sobre suas contribuições para a melhoria da qualidade de vida, o exercício da cidadania e a inclusão sócia econômica do Amazonas.

O MARCO INICIAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A partir do século XX, surgiu a preocupação com a preparação de operários para o exercício profissional. Foi a partir de 1909 que o Estado brasileiro assumiu a Educação Profissional e instituiu 19 escolas de artes e ofícios em diferentes unidades da federação, sendo essas, as precursoras das escolas técnicas estaduais e federais. Ainda assim, contextualizadas em um período em que o desenvolvimento industrial praticamente inexistia, essas escolas tinham “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas”, caracterizando-se como política pública moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. (KUENZER, 2007, p. 27).

De acordo com o autor, ao longo das décadas de 1930 e 1940, passou a ser desenvolvido alternativas voltadas à formação dos trabalhadores. Até 1932, o curso primário vinha acompanhado das alternativas de curso rural e curso profissional com quatro anos de duração. Após esses quatro anos, o aluno poderia cursar alternativas de trajetória voltadas exclusivamente para a formação para o mundo do trabalho no nível ginásial, dentre elas, o normal, o técnico agrícola ou o técnico comercial. Tais possibilidades de formação eram sustentadas pelas características de um período histórico em que as atividades secundárias e terciárias eram incipientes e não davam acesso ao ensino superior. Cabe destacar que, nesse período, as elites, após o ensino primário e secundário propedêutico, tinham a possibilidade de seguir sua trajetória de estudos no ensino superior caracteristicamente dividido em carreiras profissionais.

Conforme Kuenzer (2007, p. 27),

[...] a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil, constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais e instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho traduzida no taylorismo-fordismo como ruptura entre as atividades de planejamento e supervisão de um lado, e de execução por outro.

Assim, essas duas funções do sistema produtivo caracterizavam as trajetórias educacionais em escolas distintas. Enquanto uma escola possibilitava uma formação intelectualizada, cindida de ações instrumentais, a outra, voltada aos trabalhadores, concentrava esforços na formação profissional em instituições especializadas ou no próprio contexto de trabalho, quase que exclusivamente, ensinando as formas de fazer, desprezando o desenvolvimento de habilidades psicológicas, físicas e sociais.

Atualmente, a formação profissional, no Brasil, ocorre em escolas de Educação Profissional públicas e privadas, sendo que, alcança mais sucesso aquela que oferece ao mercado trabalhadores que, ao mesmo tempo, conheçam as tecnologias utilizadas pelas empresas, quanto apreendam as novas tecnologias que surgem. Neste contexto, encontram-se as escolas de Educação Profissional, com a responsabilidade de gerar saberes coletivos e flexíveis, sintonizados com as novas bases e novas formas de organização produtiva, fundadas na produção e difusão de inovações de cunho tecnológico, marcam presente no fechamento do século XX e identidade deste novo século.

Há que se considerar que esse novo cenário imposto pelas novas políticas públicas para a Educação Profissional e pela implantação dos Institutos Federais ainda é algo muito novo. Portanto, se torna imprescindível à observação e análise atenta, reflexiva e crítica na materialização do que pretende ser uma nova racionalidade no âmbito da Educação Profissional no Brasil.

O RETRATO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO AMAZONAS

A Educação Profissional no Amazonas teve sua origem no ano de 1910, quando se iniciou as atividades educacionais na Escola de Aprendizes Artífices, localizada na Chácara Afonso de Carvalho no bairro de Cachoeirinha na cidade de Manaus-AM.

Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAM (2009), o princípio da implantação da Educação Profissional no Amazonas foi um processo complexo em face de desafios como: o bairro da Cachoeirinha onde estava localizada a Escola de Aprendizes Artífices era considerado longe do centro da cidade, e como a escola era destinada às crianças “desvalidas”, pobres, e oriundas do interior do estado. Logo, esse distanciamento contribuiu com os desafios para se obter formação profissional. Isso explica o baixo número de matrículas, precisamente 33, os quais estudavam em regime de internato.

Naquela época a Escola de Aprendizes Artífices no Amazonas já tinha o perfil de uma escola profissional que era enriquecida com a cultura

geral, importante para o desenvolvimento do cidadão. Conseqüentemente, os cursos profissionais ofertados garantiam o emprego aos jovens carentes, que eram inseridos no mercado de trabalho tanto na Capital, quanto no interior do Estado do Amazonas.

Desde então a educação profissional e tecnológica no Amazonas sofreu transformações nominais que modificaram e adequaram o seu perfil de ensino em relação à missão imposta. Segundo do IFAM (2009), suas principais transformações foram:

- Decreto nº 7.566, de 23.09.1909 - Escola de Aprendizes Artífices (Oferta do ensino profissional primário e gratuito com o objetivo de habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o preparo técnico e intelectual);
- Lei nº 378, de 13.01.1937 - Liceu Industrial de Manaus (Instituído para propagação do ensino profissional dos vários ramos e grãos do território do País);
- Decreto nº 4.127, de 25.02.1942- Escola Técnica de Manaus (Oferta da formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Inicia-se o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país);
- Portaria Ministerial nº 239, de 03.09.1965 - Escola Técnica Federal do Amazonas (As instituições ganharam autonomia didática e de gestão. Objetivo de intensificar a formação de técnicos diante da aceleração do processo de industrialização);
- Decreto de 26 de março de 2001 (DOU n. 60-E, de 27.03.2001) – Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (Ensino superior pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino);
- Lei nº 11.892, de 29.12.2008 – IFAM (Educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas).

A Educação Profissional e tecnológica no Amazonas passou a ser reconhecida por oferecer ensino de qualidade por meio dos cursos técnicos, devido, as instituições da Rede Federal, possuírem uma infraestrutura única, qualificando seus alunos e inserindo-os no mercado de trabalho, em especial no Polo Industrial de Manaus (PIM) contribuindo assim para o desenvolvimento regional .

O artigo 5º da Lei nº11.892, de 2008, estabelece a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dentre eles, o Instituto Federal do Amazonas mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da

Cachoeira, conforme o teor do inciso IV do artigo supracitado. O parágrafo 2º do mesmo dispositivo legal esclarece que a unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campus da nova instituição.

Neste passo, e por força da Lei nº11.892, o Estado do Amazonas ganhou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), composto pelas seguintes instituições de ensino: Campus Manaus Centro (antigo Centro Federal de Educação e Tecnologia do Amazonas) - (CEFET-AM), Campus Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada de Manaus) – (UNED), Campus Coari (antiga UNED-Coari), Campus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e o Campus São Gabriel da Cachoeira (antes Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira), originando a partir de então uma nova configuração que seria desenvolvida a partir de sua expansão ao longo do tempo.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Quando falamos sobre Educação Profissional tratamos de uma modalidade de educação que, além de formar profissionais com conhecimento técnico, devem estar preocupados também com a formação do cidadão em sua plenitude.

Não se pode discutir o acesso à educação sem antes, realizar uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento socioeconômico do país, lançando um olhar mais amplo sobre a sociedade brasileira. Um olhar que nos permita analisar as partes, o todo e as inter-relações existentes.

Sem dúvida alguma, o papel da educação é de grande relevância para a sociedade atual, não só pela formação dos indivíduos, mas também pela inclusão daqueles que estão fora do processo produtivo do sistema social, ou seja, grupo de pessoas marginalizadas, como desempregados e pessoas que não tem acesso à saúde, lazer e outros componentes da cidadania.

Segundo Amartya Sen (2000), as oportunidades sociais de educação e saúde complementam as oportunidades individuais de participação econômica e política, e estimulam as nossas iniciativas no sentido de superar privações. Como exemplos de privação de capacidades básicas o autor destaca: fome, invalidez física e mental, doença crônica, analfabetismo, etc. Também considera que fatores sociais e econômicos tais como educação, cuidados básicos de saúde e emprego seguro são

importantes não tanto por si mesmos quanto por poder oferecer às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com coragem e liberdade.

De acordo com Manfredi (2003), não é novidade reconhecer que a educação desempenhou um papel estratégico em todas as nações que construíram um projeto nacional de desenvolvimento soberano e autônomo. A experiência histórica tem demonstrado que não há desenvolvimento econômico se não acompanhado de desenvolvimento social e cultural. A educação é, nesse sentido, o processo de criação, produção, socialização e reapropriação da cultura e do conhecimento produzidos pela humanidade por meio de seu trabalho.

A educação deve ser um dos principais meios para a realização do que chamamos de inclusão social, que é a inserção dos indivíduos marginalizados no contexto social. Vários órgãos governamentais têm se preocupado com o aumento das populações marginalizadas, principalmente nos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, a Educação Profissional se torna de extrema importância, pois os países em desenvolvimento necessitam de pessoas preparadas para um mercado de trabalho num mundo globalizado.

Falar sobre Educação Profissional é sem dúvida um desafio pedagógico e político para todos aqueles que desejam transformar este país dentro de uma perspectiva de desenvolvimento, igualdade de direitos e justiça social.

Para Manfredi (2003), a implementação dessas políticas compreende a construção de um projeto possível de sociedade mais igualitária que se fundamente nos eixos norteadores das políticas de Educação Profissional brasileira que são:

- a expansão da oferta pública de Educação Profissional;
- o desenvolvimento de estratégias de financiamento público que permitam a obtenção de recursos para um atendimento de qualidade;
- a oferta de Educação Profissional dentro da concepção de formação integral do cidadão - formação esta que combine, na sua prática e nos seus fundamentos científicos tecnológicos e histórico sociais - trabalho, ciência e cultura - e o papel estratégico da Educação Profissional nas políticas de inclusão social.

Conforme MOURA (2004a, 2004b e 2005), o modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente no Brasil, produto da dependência econômica externa histórica do país, é baseado nas exportações agroindustrial, agropecuária e de matérias-primas e na importação acrítica das tecnologias produzidas nos países de capitalismo avançado. Isso, ao longo do tempo, vem fazendo com que o país não tenha um modelo próprio de desenvolvimento orientado às suas necessidades econômicas e melhorias sociais. Ao invés disso, historicamente, prevalece à submissão aos

indicadores econômicos ditados desde fora, aos organismos internacionais de financiamento e aos investidores internacionais, principalmente os de curto prazo, na verdade, especuladores.

Diante da ausência desse modelo de desenvolvimento socioeconômico próprio, podemos afirmar que existe uma grande dificuldade para implemento de políticas de Estado para os diversos segmentos que constituem a sociedade brasileira.

Apesar dessa dura realidade, existe outro tipo de sociedade que pode ser buscada. Uma sociedade que tenha o ser humano e suas relações com o meio-ambiente e a natureza em geral como centro e na qual a tecnologia esteja submetida a uma racionalidade ética no lugar de estar a serviço exclusivo do mercado e do fortalecimento dos indicadores econômicos.

Nessa sociedade, a produção coletiva do conhecimento deve estar voltada para a busca de soluções aos problemas das pessoas e das comunidades menos favorecidas na perspectiva da edificação de uma sociedade socialmente justa.

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo teve como objetivo realizar uma análise sobre a oferta da Educação Profissional e suas contribuições sobre a qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão sócio econômica no Amazonas. A pesquisa é apoiada pela FAPEAM, Decisão 172/2012, foi realizada entre 2012 e 2016, contou com a participação de 1716 participantes, que responderam a instrumento próprio para levantamento de variáveis associadas ao tema. Sendo 59,8% do sexo masculino e 40,2% do sexo feminino com idade entre 18 e 87 anos. O que representa que 96,3% dos participantes estão na faixa de idade produtiva de plena atuação no mercado de trabalho. Todos habitantes de contextos metropolitanos, urbanos, rurais e ribeirinhos do Amazonas.

A pesquisa foi realizada em municípios escolhidos aleatoriamente e por conveniência. Participaram a pesquisa 1716 pessoas, sendo que 21,9% são de Humaitá, 19,7% de Manaus, 18,3% de Manicoré, 14,9% de Benjamin Constant, 14,5% de Lábrea, 8,0% de Tabatinga, 0,1% de Tapauá, 0,1% de Apuí e 1,1% de Canutama. 6,2% dos participantes não informaram o nome do município.

Dos 24 locais onde foram coletados dados além das sedes de municípios que integram a pesquisa, destacam-se comunidades ribeirinhas tradicionais como: Mirari, onde a sociedade de Humaitá habitou e mudou para o local atual por causa dos ataques de índios e alagação na época das cheias, “São Miguel”, “Bom futuro”, “Ilha do Tambaqui”, “Barreira do Tambaqui”,

Flexal, “ Vila paraíso”, “ Auxiliadora”, “Paraizinho”,

“São Jorge”, “Beco Fabio Lucena” e “Santa Rosa”. “Também contribuíram com a pesquisa integrantes de comunidades indígenas: “Taboca”, Igarapé preto”, “Marmelo”, “ Vila Nova”, Trakwá”, “Bela vista”, “ Mafuí” e “Kampinho”.

Com relação aos dados apresentados em nosso estudo, dos participantes da pesquisa 28,1% informaram que não possuíam renda fixa, 24,1% possuíam renda de até um salário mínimo, 25,3% possuíam renda entre um e dois salários mínimos, 10,7% renda entre dois e três salários mínimos, 5,4% informaram renda entre três e cinco salários mínimos, e 6,3% dos participantes informaram renda acima de cinco salários mínimos.

No que se refere à inclusão socioeconômica dos participantes da pesquisa, foi possível constatar que a renda média familiar ainda é baixa, situa-se entre 2-3 salários mínimos e parcela significativa dos participantes não possui renda fixa.

A renda familiar no cenário da sociedade capitalista é determinante do poder de compra e da inserção socioeconômica dos indivíduos, estando associada a variáveis educacionais e estruturais para a geração de emprego e renda.

A educação básica é um direito de todos os brasileiros e a oportunidade de acesso ao ensino superior também constitui um direito da cidadania pátria. Todavia, da população que participou da pesquisa 2,0% nunca estudou, 12,0% possui o ensino fundamental incompleto, 6,8% o ensino fundamental completo, 15,8% o ensino médio incompleto, 22,3% o ensino médio completo, 35,1% o ensino superior incompleto, 3,9% o ensino superior completo e 2,1% possui pós-graduação. Os dados revelam que 36,6% dos participantes não concluíram a educação básica na ocasião da pesquisa. 22,3% haviam concluído a educação básica. Por outro lado, 42,1% estavam cursando o ensino superior.

Os dados demonstram um relativo avanço nos indicadores de baixa escolaridade que historicamente caracterizam a Região e em particular o Estado do Amazonas. Destacando que o estado do Amazonas criou no ano de 2000 a Universidade estadual implantando cursos em diversos locais do interior e que em 2005 o governo federal por força do plano nacional de educação de 2001, implantou 5 campi universitário vinculados à UFAM em municípios do interior do estado dentre os quais realizamos a pesquisa em 3 (Manaus, Humaitá e Benjamin Constant).

Os cursos de graduação informados pelos participantes da pesquisa foram: Administração, Ciências: biologia e química, Ciências Sociais, Biologia, Engenharia ambiental, Direito, Geografia, História, Gestão pública, Informática básica, Letras, Medicina, Letras e espanhol, Museologia, Pedagogia e Normal superior.

As oportunidades de pós-graduação no cenário amazônico historicamente são escassas e limitadas o que sugere a necessidade de proposição e implantação de políticas afirmativas neste domínio de modo a contribuir no médio e longo prazo com a reversão dos indicadores atuais. Os cursos de pós-graduação realizados pelos participantes da pesquisa foram: Alfabetização, Psicopedagogia, Educação ambiental e sustentabilidade, Gestão em saúde, ginecologia e obstetrícia e Mestrado em mídias aplicadas à educação.

A formação profissional, como a educação básica, é um direito de todos mesmo dos que não desejam ingressar no ensino superior. Do exame das informações aportadas pela pesquisa, verifica-se que 40% dos participantes informaram possuírem curso profissionalizante e 60% dos participantes informaram que não possuem curso profissionalizante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para falar sobre educação é preciso refletir sobre o país que se quer construir. Nesta perspectiva a Educação Profissional não pode ser pensada como uma política compensatória. Ela deve ultrapassar o caráter assistencialista, característica de seu histórico, devendo ser vista como educação prioritária, uma vez que influencia diretamente o desenvolvimento pessoal dos indivíduos e socioeconômico do país.

A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma análise sobre a oferta da Educação Profissional e suas contribuições sobre a qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão sócio econômica no Amazonas.

O estudo aponta que nos contextos investigados, de acordo com a realidade dos participantes da pesquisa, a oferta da Educação Profissional ainda é limitada. O que impacta sobre o elevado número de pessoas adultas sem formação profissional oficial que trabalham informalmente com conhecimentos adquiridos como aprendizes dos pais ou outros profissionais autônomos que existem nas localidades e comunidades.

As informações aportadas sugerem a necessidade de ampliação das oportunidades de acesso a cursos profissionalizantes no cenário do Estado do Amazonas. O que poderá possibilitar o acesso à profissionalização, impactando em melhores condições para contribuição com o setor produtivo, a qualidade de vida pessoal e familiar e pela inclusão sócio econômica dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BRASIL. PARECER CNE/CEB Nº 16 de 21 de janeiro de 1999. **Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília: 1999.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, Presidência da República, 1961.

BRASIL. LEI N. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Brasília, Presidência da República, 1971.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, Presidência da República, 1996.

_____. Parecer CNE/CES nº 09. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Brasília: 2001.

_____. **Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Ministério da Educação, 2004.

_____. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Ministério da Educação e Cultura, 2007.

_____. Resolução CNE/CES nº 01. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Brasília: 2001.

_____. Lei nº 9394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As relações do trabalho-educação e o Labirinto do Minotauro. In: AZEVEDO, José Clóvis; GENTILI, Pablo; Krug, André; SIMON, Cátia. **Utopia e Democracia na Educação Cidadã**. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS; Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 2000.

MASCARENHAS, S. A do N. (Coord.). **Base de dados Projeto de Pesquisa: mapeamento do contexto socioeducativo e avaliação do bem-estar subjetivo, bem-estar psicossocial, resiliência, otimismo e esperança de povos e “comunidades” tradicionais do Amazonas, analisando seus efeitos sobre o exercício da cidadania e inserção socioeconômica** (CNPq Processo 484218/2011-5 – Edital Universal 14/2011 e PRONEM-FAPEAM-2011-2016, DECISÃO 172/2012), LAPESAM/UFAM/CNPq, Humaitá, Não publicada, 2016.

MOURA, Dante Henrique. **Algumas implicações da reforma da EP e do PROEP sobre o projeto político pedagógico do CEFET-RN e a (re)integração dos cursos técnicos ao ensino médio**. REVISTA HOLOS. Disponível em <http://www.cefetrn.br/dpeq/hol> , p. 57-80, 2005.

_____, **Sociedade, educação, tecnologia e os usos das TIC nos processos educativos**. In: **Trabalho necessário**. Revista Eletrônica do Neddade. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/> . Acesso em 26/07/20, 2004a.

_____, **Formação e capacitação dos profissionais da educação profissional e tecnológica orientada a uma atuação socialmente produtiva**. In: III Seminário regional para discussão da proposta de Anteprojeto de Lei Orgânica para a EPT. Natal. Disponível em <http://mec.gov.br>. Acesso 12/12/2004, 2004b.

POUTIGNAT, Phillippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguimento de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

KUENZER, Acácia Z. (org). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.

SENAC. **A educação profissional no contexto da educação.** Disponível em: <www.senac.br/conheca/referenciais/ref2.htm>. Acesso em: 9 maio 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** S. Paulo: Cia. Das Letras, 200